

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. ADAIL CARNEIRO)

Acrescenta parágrafo ao artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a concessão de seguro de vida ao menor aprendiz.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428.

.....

§8º o empregador deve contratar em favor do menor aprendiz seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação do estágio pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, avançou sobre o pantanoso campo da fraude trabalhista ao detalhar as condições legais para o estabelecimento de relações de formação educacional continuada e distingui-las das iniciativas de precarização que pretendiam criar empresas apenas com a utilização do serviço de estagiários.

Dentre os avanços da legislação do estágio figura a necessidade de concessão de um seguro de vida ao estagiário por parte da empresa, e em caso de estágio probatório, pela empresa ou pela instituição de ensino. Tal medida colaborou para melhorar as condições da aprendizagem no ambiente de trabalho e também para dar tranquilidade aos concedentes quanto a eventuais indenizações.

Vemos semelhanças no que tange a estas necessidades também em relação ao contrato de aprendizagem. O seguro de vida concedido pelo empregador aos aprendizes é, antes de tudo, uma proteção social e também um mecanismo que exime as empresas de eventuais riscos decorrentes, aqui sim, da relação de emprego. Neste sentido propomos a extensão da mesma garantia aos jovens aprendizes.

Estas são as razões que nos levam a propor esta alteração. Solicitamos, pois, o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2015.

DEPUTADO ADAIL CARNEIRO
PHS/CE